

Eurico Bitencourt Neto
Thiago Marrara
Coordenadores

PROCESSO ADMINISTRATIVO
BRASILEIRO

Estudos em homenagem aos 20 anos da
Lei Federal de Processo Administrativo

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

© 2020 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1161190

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

P963	Processo administrativo brasileiro: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei Federal de Processo Administrativo / Eurico Bitencourt Neto, Thiago Marrara (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2020. 309p.; 14,5cm x 21,5cm
	ISBN: 978-85-450-0709-8
	1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Direito Constitucional. I. Bitencourt Neto, Eurico. II. Marrara, Thiago. III. Título.
	CDD: 341.3 CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITENCOURT NETO, Eurico; MARRARA, Thiago (Coord.). *Processo administrativo brasileiro: estudos em homenagem aos 20 anos da Lei Federal de Processo Administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 309p. ISBN 978-85-450-0709-8.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999: FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS CENTRAIS	13
Odete Medauar	13
1 Antes da Lei nº 9.784/1999	13
2 A formação da lei geral de processo administrativo federal.....	14
3 Características essenciais da Lei nº 9.784/1999	16
3.1 Traços gerais.....	16
3.2 Aspectos centrais do conteúdo	17
4 Permanência do conteúdo	19
Referências	20
APLICABILIDADE DA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	23
Maria Sylvia Zanella Di Pietro	23
1 Delimitação do tema	23
2 Nascimento da Lei nº 9.784/99 e alterações posteriores.....	24
3 Competência para legislar sobre processo administrativo.....	24
4 Aplicação subsidiária da Lei nº 9.784/99	31
5 Aplicação da Lei nº 9.784/99 à função administrativa exercida pelos três Poderes do Estado.....	35
6 Aplicação a todos os processos administrativos em que haja interessados	39
7 Conclusões.....	43
Referências	44
SUBSÍDIOS PARA A ATUALIZAÇÃO DA LEI FEDERAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	45
Eurico Bitencourt Neto	45
1 Introdução.....	45
2 O papel do procedimento administrativo no Direito Administrativo contemporâneo	46

3	Algumas contribuições para uma Lei Federal de Processo Administrativo renovada	56
3.1	Âmbito de aplicação.....	57
3.2	Princípios	58
3.3	Meios procedimentais de concertação, colaboração e cooperação	65
3.4	Administração eletrônica.....	69
4	Consideração final	70
	Referências	70
PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....		75
Thiago Marrara		75
1	Introdução: a processualização no Brasil	75
2	A Lei de Processo Administrativo federal	76
3	Funções dos princípios: a necessidade de reiterar o óbvio.....	78
4	Sistema e classificação dos princípios processuais	80
5	Princípio da ampla defesa	82
6	Princípio do contraditório	89
7	Princípio da gratuidade	92
8	Princípio da transparência.....	94
9	Princípio da oficialidade.....	97
10	Princípio do formalismo mitigado.....	100
11	Princípio da isonomia	101
12	Princípio da boa-fé e proteção da confiança.....	103
13	Princípio da razoabilidade	107
14	Conclusões.....	110
	Referências	111
DEVER DE DECIDIR		113
Adilson Abreu Dallari.....		113
1	Introdução.....	113
2	O dever de decidir na Lei Federal nº 9.784 de 29/01/99	115
3	A decisão no novo Código de Processo Civil	116
4	Condicionantes da decisão na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	118
5	Conclusões.....	120
	Referências	121
ACORDOS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVOS.		
INSTRUMENTOS CONSENSUAIS		123
Sérgio Ferraz		123
	Referências	132

PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRANSPARÊNCIA	133
Juliano Heinen	133
1 Introdução.....	133
2 Contexto e gênese da LAI.....	135
3 Legitimidade ativa dos pedidos de acesso.....	137
4 Forma do pedido de acesso.....	139
5 Objeto do pedido de acesso.....	141
6 Resposta ao pedido de acesso.....	142
7 Causa de pedir solicitação de acesso	143
8 Conclusão.....	151
Referências	152
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO	155
Irene Patrícia Nohara	155
1 Considerações Introdutórias.....	155
2 Revolução pela comunicação dos meios digitais e <i>e-gov</i>	156
3 Processo administrativo eletrônico	158
4 Disciplina dos documentos digitais no processo administrativo eletrônico.....	160
5 Abertura para discricionariedade da decisão e de sua motivação no processo administrativo eletrônico	162
6 Diferenças do processo eletrônico com o tratamento da Lei Federal de processo administrativo.....	166
7 Conclusão.....	168
Referências	170
A AMPLITUDE DA SEGURANÇA JURÍDICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO CORRELACIONADA AOS EFEITOS DA LEI Nº 13.655/18.....	173
Cristiana Fortini, Amaral Roque Bueno	173
1 Introdução	173
2 A dimensão formal e material da segurança jurídica no processo administrativo.....	177
3 Segurança jurídica e proteção à confiança viabilizadas pelo processo administrativo.....	181
4 Implicações da Lei nº 13.655/18 no processo administrativo	186
5 Conclusão.....	195
Referências.....	196
É IMPRESCINDÍVEL A DEFESA POR ADVOGADO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR? SOBRE A SÚMULA VINCULANTE Nº 5 DO STF	199
Romeu Felipe Bacellar Filho, Daniel Wunder Hachem	199

1	Introdução.....	199
2	Processo administrativo disciplinar, núcleo constitucional comum de processualidade e o direito fundamental à ampla defesa.....	201
3	A defesa técnica como desdobramento da ampla defesa e a inconstitucionalidade da Súmula Vinculante nº 5 do STF.....	208
3.1	Vícios formais de inconstitucionalidade	209
3.2	Inconstitucionalidade material dos fundamentos utilizados para a edição da súmula.....	213
3.2.1	Desnecessidade de defesa técnica diante da garantia dos direitos de informação, de comunicação e de ver seus argumentos considerados.....	214
3.2.2	Necessidade de defesa técnica apenas se a complexidade da questão tornar o acusado inapto para exercer a autodefesa	215
3.2.3	Indispensabilidade do advogado apenas à administração da justiça, assim considerada somente a função jurisdicional (art. 133 da CF)	216
3.2.4	A exigência de defesa técnica significaria uma defesa transbordante	218
3.2.5	A obrigatoriedade de defesa técnica importaria asoerbamento da Defensoria Pública.....	222
3.2.6	O exercício do contraditório é facultativo ao acusado, tal como no processo civil.....	227
3.2.7	A necessidade de defesa técnica no processo penal justifica-se por se tratar de direito indisponível	232
3.2.8	É facultativa a nomeação de procurador, que não precisa ser advogado (art. 156 da Lei nº 8.112/90).....	235
4	Conclusões.....	237
	Referências	239

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS COLETIVOS 241

Pedro de Menezes Niebuhr..... 241

1	Introdução.....	241
2	Das relações bipolares às relações multipolares ou multilaterais: a emergência de processos administrativos coletivos.....	242
3	As dimensões subjetiva e objetiva dos processos administrativos coletivos.....	245
3.1	Dimensão subjetiva dos processos coletivos	246
3.2	Dimensão objetiva dos processos coletivos	247
4	A legitimação coletiva como “interessado” na Lei nº 9.784/99 ...	249
4.1	Os direitos e obrigações dos legitimados na forma dos incisos II a IV do artigo 9º da Lei nº 9.784/99.....	251

5	A “participação popular” em função da natureza da decisão administrativa na Lei nº 9.784/99.....	253
5.1	As modalidades e a função dos mecanismos de participação popular	256
5.1.1	Consulta pública	257
5.1.2	Audiência pública.....	258
5.2	Os direitos dos particulares que colaboram com a Administração à título de participação popular	259
5.3	Outras formas de participação	259
6	Considerações finais.....	260
	Referências	261

O DISCRETO CHARME DA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: SOBRIEDADE, GENERALIDADE, UNIFORMIDADE FEDERATIVA E IMUTABILIDADE NOS VINTE ANOS DA LEI Nº 9.784/99		263
---	--	------------

José Vicente Santos de Mendonça, Ana Luíza Fernandes Calil.....		263
1	Introdução	263
2	Uma lei tardia, sóbria e de bons propósitos	264
3	Vinte anos depois: uma norma (quase) imune a alterações, subsidiária e que não chega a ser um superstatuto	267
4	O futuro do processo administrativo na Lei nº 9.784/99 - e além.....	270
5	Conclusão.....	273
	Referências	274

A LEI BRASILEIRA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO COMO ESTRUTURA JURÍDICA DO PODER POLÍTICO: PARÂMETROS E POSSIBILIDADES.....		277
--	--	------------

Marco Antônio Moraes Alberto.....		277
1	Introdução.....	277
2	As “funções do processo administrativo” como indicadores de compromissos políticos juridicamente estruturados.....	280
3	O processo administrativo entre regulação jurídica e regulação política	284
4	O processo administrativo como estrutura jurídica do poder político.....	291
5	Conclusão.....	301
	Referências	302

SOBRE OS AUTORES.....		307
------------------------------	--	------------